CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Aprovado em única Discussão
Por: unanimidade
Plenário: 21/09/22
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

Ata da Audiência Pública realizada no dia vinte nove de março do ano de dois mil e vinte e dois, no Plenário Benedito Magalhães da Câmara Municipal de Santarém. À hora regimental, o vereador Ronan Liberal Jr. (MDB), presidente da Câmara Municipal de Santarém, deu boas-vindas aos presentes e procedeu com o protocolo de abertura da sessão, informando que esta audiência se destina a tratar da "**PRESTAÇÃO DE CONTAS DO INSTITUTO SOCIAL MAIS SAÚDE NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM**", por força da solicitação feita através do requerimento nº 059/2022, de autoria do vereador JK do Povão (PSDB), o qual foi lido pelo vereador prof. Josafá Gonçalves (PL), primeiro secretário da Câmara Municipal de Santarém. De modo sequente, o presidente Ronan Liberal Jr. (MDB) solicitou que os convidados ocupassem os assentos à Mesa, registrando a presença da Doutora Christiani Fonseca – Diretora do Hospital Municipal de Santarém; Doutora Gabriela Durães – Gestora Técnica do Instituto Mais Saúde; Doutor Osvaldo Veloso – Diretor Jurídico do Instituto Social Mais Saúde; Dr. Gilvandro Valente – Diretor Administrativo do Instituto Social Mais Saúde; Doutora Vânia Portela – Secretária de saúde do município; Enfermeira Karolina Neves – representante da Comissão de fiscalização do contrato do Instituto; Doutor Alberto Tolentino – representante da sociedade médica; Doutora Gyanny Dantas – representando a comissão de direto Médico da OAB; Enfermeira Aline Cunha – diretora da 9ª Regional SESPA; Doutora Nastia Irina – Conselheira Municipal de Saúde. Após o registro dos convidados presentes, o presidente da Câmara, orientou como seria a dinâmica desta audiência e passou a palavra ao autor da propositura, vereador JK do Povão (PSDB), para que fizesse suas justificativas. O vereador **JK DO POVÃO (PSDB)** expôs alguns problemas encontrados nos hospitais públicos de Santarém administrados pela O.S. Mais Saúde, acrescentando que isso vem acontecendo de longa data, mas que ultimamente tem ficado pior. Afirmou ter sido favorável pela contratação do Instituto Social Mais Saúde para gerenciar o Hospital Municipal de Santarém - HMS e a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, por compreender que qualquer tentativa para melhorar a saúde no município seria válida, mas, infelizmente, assim como a IPG, que não teria feito uma boa gestão nesses hospitais, o mesmo parece estar acontecendo com a Mais Saúde, que também possui débitos exorbitantes, tornando inviável o gerenciamento do HMS e UPA. Disse receber diariamente pessoas pedindo ajuda e denunciando que estão aguardando há muito tempo por atendimento médico, exames especializados e cirurgias. Explicou que a audiência servirá para o Instituto Social Mais Saúde prestar contas da sua gestão, esclarecer o porquê da precariedade no atendimento dos pacientes e se o dinheiro é pouco para contratação de mais profissionais. Enfatizou que a população e os vereadores precisam saber o que está acontecendo, afim de tentar encontrar soluções para o problema. Ressaltou que sabe das dificuldades enfrentadas por conta do covid-19, que causou alta nos preços dos medicamentos e insumos, mas que isso não justifica deixar as pessoas sem atendimento digno dentro do hospital. Afirmou que a saúde precisa ser prioridade, caso contrário, mais vidas serão perdidas. A representante do Instituto Social Mais Saúde, **DRA. GABRIELA DURÃES** destacou que não há como falar de saúde sem levar em consideração a pandemia e as consequências dela. Disse que o HMS possui um perfil regional, atendendo pacientes de mais de 20 municípios, o que gera uma alta demanda por serviços e aumento de custos. Acrescentou ter observado o fechamento de muitos hospitais no estado do Pará, o que aumentou ainda mais o fluxo de pacientes vindos das cidades vizinhas para Santarém, porém, ressaltou que há uma luta por parte do governo municipal para deixar o HMS de portas abertas, embora, muito precisa ser melhorado em termos de acesso à população e de recursos, mas disse estar feliz em ver as lideranças municipais se reunindo para tentar diagnosticar o problema. A **DOUTORA CHRISTIANI FONSECA**, diretora do Instituto Social Mais Saúde, informou que a gestão da UPA 24 horas e do HMS, bem como o Pronto Socorro Municipal, são feitas pelo Instituto Social Mais Saúde. Existindo no Hospital Municipal 153 leitos, com atendimentos de médio porte e média complexidade, um hospital com perfil cirúrgico que presta assistência em variadas especialidades. Em conjunto com o HMS funciona o Pronto Socorro Municipal que possui 53 leitos. Destacou que, por ser um hospital de porta aberta e devido ao fechamento de muitos hospitais na região, a demanda por atendimento aumentou gerando superlotação e piora no

atendimento nessas instituições de saúde. Em relação a Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, possui uma estrutura de porte 3, nível 8, com atendimentos em: clínica médica, com 9 médicos atendendo plantão de 24 horas, equipes de enfermagem e assistência social. Relatou que a O.S. Mais Saúde assumiu a gestão dessas duas unidades no ano de 2020, com assinatura do contrato no valor de R$ 5.152.294, 43 (cinco milhões, cento e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e três centavos), com metas contratuais para realização de 3.600 raio-x/mês, sendo realizados mais de 9.000 raio-x/mês além dessas metas; no laboratório seriam 25.000 exames laboratorias/mês, são realizados mais de 30.000 exames laboratoriais/mês; no serviço de tomografia seriam 500 tomografias/mês, mas a quantidade realizada desse exame no mês ultrapassa esse número. Na sequência, falou que o tomográfico não estava funcionando quando a empresa O.S. Mais Saúde assumiu a gestão do hospital, por conta disso, foi preciso contratar uma empresa para realizar esses exames de setembro/2020 até janeiro/2021, ocasionando a oneração do serviço. Esclareceu que na UPA havia 13 médicos, 07 durante o dia e 06 médicos no turno da noite, mas que de acordo com a Portaria n° 2048, hospitais com porte 3, nível 8 são necessários apenas 09 médicos, e que no momento da pandemia havia profissionais fisioterapeutas e psicossociais, que segundo a diretora, essa Portaria não engloba esses profissionais, o que onerava ainda mais as despesas. Outra dificuldade encontrada pela O.S Mais Saúde foram os preços elevados de EPIs, materiais e medicamentos por conta da inflação no período da pandemia, que não havia sido previsto. O número de atendimentos no Pronto Socorro Municipal em janeiro de 2021 eram em média 5.000 pessoas atendidas, sendo que em julho esse quantitativo aumentou drasticamente causando o colapso dessa unidade de saúde, porém, em agosto, o município foi contemplado com o projeto "Lindas Emergências", em parceria com Hospital Sírio-Libanês e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde - Proadi SUS, com objetivo de diminuir a lotação e também reduzir custos. Informou que a partir do dia 03 de agosto todo atendimento de clínica médica foram direcionados para UPA, com objetivo de fortalecer o atendimento nesta unidade médica e a organizar os serviços de atendimento do Pronto Socorro Municipal, para tê-lo com um perfil de pronto socorro de traumatologia e cirurgias de urgência e emergência. Em relação ao número de atendimentos na UPA, em janeiro de 2021 foram 5.000 atendimentos, em dezembro mais de 11.000, um aumento de 35%, mais de 16% de aumento no número de internações, bem como aumento do número de cirurgias. Quanto ao quadro de colaboradores, a O.S. iniciou em setembro de 2020 com 617 colaboradores, ficando a folha de janeiro com 697. No momento do chamamento foi apresentado um projeto com previsão de gastos com Folha de Pagamento no valor de R$ 1.438.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta e oito mil reais) e hoje a Folha de RH está em torno de R$ 2.230.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta mil reais), mais de 25% do que foi projetado. Disse que, quando o Instituto Social Mais Saúde assumiu os trabalhos em setembro, a Folha Médica era de R$ 1.777.000,00 (um milhão, setecentos e setenta e sete mil reais), atualmente está em R$ 2.172.000,00 (dois milhões, cento e setenta e dois mil reais), uma variação de 22% do que foi projetado. Também houve aumentos nos insumos e medicamentos. Dando continuidade, mostrou uma planilha de gastos, apresentando o valor de R$ 2.230.000,00 (dois milhões, duzentos e trinta mil reais) com a Folha de RH; serviços médico-hospitalares R$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais); energia R$ 234.000,00 (duzentos e trinta e quatro mil reais); serviços de higiene e limpeza R$ 60.000,00 (sessenta mil reais); materiais e medicamentos R$ 1.000.350,00 (um milhão e trezentos e cinquenta reais); rede de gás R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais); gêneros alimentícios R$ 155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais). O valor total de gastos do hospital está em torno de R$ 7.000.030,00 (sete milhões e trinta reais) e o valor do repasse para o Instituto é de R$ 5.539.000,00 (cinco milhões, quinhentos e trinta e nove mil reais). Finalizando sua fala, a diretora Christiani Fonseca, disse que "a conta não fecha". Franqueando a palavra, a Doutora Gabriela Durães reforçou que existe um desiquilíbrio financeiro que, durante a pandemia foram feitos a amortização de algumas dívidas com parcelamentos junto aos fornecedores, realizando um trabalho de gestão para amortizar o passivo, que teria sido constituído durante o período

pandêmico, ocasionando problemas para Instituto Mais Saúde que não previu esses acontecimentos, bem como para o Município, com suas limitações orçamentárias. Ressaltou que há muito a ser feito para melhorar o atendimento aos doentes que procuram esses hospitais, mas que juntamente com o município, a O.S. Mais Saúde tem se empenhado na busca por soluções e para tentar diminuir a operacionalização desse contrato. Afirmou que pretende com o apoio dos vereadores, dentro de suas atribuições, trabalharem no sentido de buscar soluções. Em seguida, a secretária de saúde municipal **DRA. VÂNIA PORTELA** destacou que este tema deve ser discutido em união, já que o problema da saúde em Santarém é histórico, enumerando as dívidas deixadas nos anos anteriores. Disse que em dezembro de 2016 foram deixados um montante a pagar de quase R$ 17 milhões, e em 2012, um pouco mais de R$ 5 milhões. Falou que o problema da saúde não é de gestão, mas sim de financiamento, e que na gestão do prefeito Nélio Aguiar, o repasse municipal para área da saúde vem aumentando muito além dos 15% que preconiza a Constituição; relatou que em 2017 foram repassados 23%; em 2018, 25%; e assim sucessivamente. Ressaltou que a gestão municipal têm se esforçado, inclusive junto ao governo do Estado e aos vereadores para melhorar a saúde no município de Santarém. Reforçou que o problema é falta de investimentos, que o município não recebe recursos para equipar o Hospital Municipal, a UPA, as UBS, embora haja um esforço na busca por emendas parlamentares e recursos junto ao Governo Federal. Afirmou ser o HMS um hospital de porta aberta, que atende uma população de mais de 1 milhão. Disse ser fácil criticar a secretária de saúde e o prefeito Nélio Aguiar, mas que é preciso cobrar do Ministério da Saúde e do Governo Estadual a regionalização do HMS. Franqueada a palavra, a **ENFERMEIRA KAROLINA NEVES** – representante da Comissão Fiscalizadora do Contrato com a O.S. Mais Saúde, que reiterou a fala da secretária em relação ao HMS ser regionalizado. Discorreu sobre o número de pessoas atendidas de outros municípios pelo HMS, disse que em 2017, o número de internações em média eram 3.755 pacientes de outros municípios; 2018 foram 2.690; 2019 a média de 2.953; em 2020 foram 2.361 internações e 2021 foram 3.675 pacientes internados de outros municípios vizinhos, um número crescente. Fraqueada a palavra, a **DRA. GYANNY DANTAS**, presidente da Comissão de Direito Médico da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, observou que de nada adianta realizar uma audiência pública que não gere ações práticas, fazer uma prestação de contas, e sair sem respostas. Destacou o fato da tabela SUS está defasada há mais de 20 anos, ressaltando que é preciso a união dos vereadores para chegar ao Ministério da Saúde e buscar alguma ação em prol da saúde da população santarena e dos demais municípios da região. Enfatizou que, se o HMS atende 20 municípios, o problema não é somente de Santarém, pois são 21 municípios que devem se unir para cobrar ações junto ao Ministro da Saúde e ao Governador, caso contrário, com cinco anos, esta reunião deve acontecer novamente trazendo os mesmos problemas. Na sequência, parabenizou o esforço dos que trabalham para fazer funcionar aquela unidade de saúde. Representando o Conselho Municipal de Saúde a **DRA. NASTIA IRINE** afirmou que a situação da saúde do município é dramática e que os indicadores hospitalares são terríveis, observando que os índices de mortalidade materna em Santarém são altíssimos. Enfatizou que muitas mortes que ocorrem no HMS, estariam acontecendo por deficiências na assistência hospitalar, quer seja pelo número reduzido de profissionais para atender os pacientes, como também pela falta de medicamentos e insumos. Registrou que os números da O.S. Mais Saúde mostram que as mortes de mulheres em idade produtiva no parto, mortalidade perinatal e fetal são alarmantes e que embora, a cidade não possua um serviço de epidemiologia para mostrar indicadores epidemiológicos exatos e, os dados apresentados pela Secretária de Saúde sejam dados absolutos dificultando a comparação com indicadores de outros municípios, ainda assim é possível perceber a situação crítica por que passa o Pronto Socorro Municipal e Hospital Municipal de Santarém. Disse que o problema não está ligado apenas ao financiamento, mas também a gestão, dizendo que o Conselho Municipal de Saúde fez várias visitas em 2021, juntamente com o Ministério Público ao HMS e Upa 24 horas, em que constataram graves irregularidades. Disse que, como médica, várias vezes teria encaminhado pacientes para o HMS, depois vindo a saber que esses doentes teriam vindo a óbito pela falta de medicamentos. Informou

que o Conselho de Saúde tem feito relatórios apontando essa deficiências tanto na UPA 24 horas como no Hospital Municipal, e acrescentou que a O.S. Mais Saúde recebe mais de R$ 5 milhões de repasse, mas tem um débito muito alto com seus fornecedores. Disse que, o que lhe tem chamado atenção na conta da terceirizada O.S. Mais Saúde, são as metas pactuadas desde setembro de 2020 até a presente data, que não foram atingidas. Exemplificou usando os dados divulgados pela própria O.S. Mais Saúde no Portal Transparência, citando como exemplo, os atendimentos no HMS no último quadrimestre de 2021, em que a empresa teria que prestar 34.000 atendimentos, sendo que ela prestou 15.000, apenas 46% da meta atingida. Na UPA 24 horas, a previsão era para 14.000 atendimentos, apenas 42% foram atendidos. A conselheira questionou, como pedir mais recursos à Secretaria de Saúde e ao Ministério da Saúde se as metas contratuais pela O.S. não foram alcançadas. Também questionou como será o ressarcimento desse dinheiro público por parte da O.S à Secretaria de Saúde, já que as metas não foram completadas. Destacou que o Conselho Municipal de Saúde, vem observando que a área da saúde no município, desde a contração da empresa IPG até a contratação da O.S. Mais Saúde só tem piorado, mesmo com o aumento de recursos repassados. Outra questão levantada pela conselheira foram as suspensões de cirurgias eletivas no HMS durante o período da pandemia, questionando como a O.S. Mais Saúde restituirá o pagamento das cirurgias que não foram feitas e como esse recurso retornará para os cofres públicos. Na sequência, disse ter acompanhado a prestação de contas e análise contábil da empresa, e que o setor de compras da Prefeitura Municipal de Santarém teria constatado muitas irregularidades, desde pagamentos sem as devidas comprovações do serviço prestado até a falta de planejamento financeiro para fazer frente a direitos trabalhistas de seus funcionários. Como médica, denunciou não existir um contrato para pagamento das empresas médicas, solicitando à O.S. Mais Saúde a justifica dessa situação. A Doutora **GABRIELA DURÃES** justificou a falta de medicamentos nos hospitais, dizendo ser um problema que atingiu o mercado geral, por conta dos impactos causados pela pandemia, que gerou um desabastecimento de remédios em muitos hospitais do país. Com relação as metas pactuadas, lembrou do Decreto-lei n° 14.189/2020, que suspendia todos os procedimentos médicos eletivos, por não haver condições de atendê-los no momento da pandemia e que por isso, as metas não teriam sido cumpridas. Mas afirmou já ter encaminhado um documento à SEMSA para que algumas metas sejam revistas por serem inexequível, e esclareceu que as metas na verdade são apenas uma projeção, porém, já estão tentando repactuar para que fiquem em consonância com a epidemiologia local. E, por fim, esclareceu que a empresa iniciou os trabalhos em setembro, mas só recebeu a primeira parcela do pagamento em outubro, dessa forma, entende que a última parcela a ser paga, deverá ser destinada para fins de verbas rescisórios, mas assumiu que a instituição tem um passivo de RS 6 milhões. Com a palavra, a enfermeira **ALINE CUNHA**, diretora da 9ª Regional da SESPA, corroborou a fala da secretária de saúde do município, em relação ao subfinanciamento da saúde, destacando que a capacidade dos hospitais públicos tanto de Santarém, bem como dos 20 municípios da região, não condizem com a alta demanda e que a tabela do Programa de Pactuação Integrada – PPI, também se encontra defasada em relação a valores. Frisou, que na época em que o município de Santarém fez essa pactuação com outros municípios, haviam na cidade 5 hospitais, mas que, infelizmente, alguns fecharam. Enfatizou que o correto é que o financiamento da saúde aconteça considerando as particularidades da nossa região. Em sequência, o vereador **JK DO POVÃO (PSDB)** questionou O.S. Mais Saúde sobre o valor do débito desta com os seus fornecedores e se o município de Santarém está em dia com o repasse. O vereador obteve uma resposta afirmativa da representante da empresa. Na ocasião, pediu mais transparência em relação ao que é publicado no Portal e concluiu sua fala, mostrando dois relatórios, um produzido pela presidente da Comissão de Saúde, enfermeira Alba Leal, constatando muitas deficiências no HMS, outro relatório produzido pela Controladoria Geral do Município, que também mostra irregularidades em relação a contabilidade da empresa O.S. Mais Saúde. A seguir, fez uso da palavra o vereador **BIGA KALAHARE (PT)** que questionou se os municípios vizinhos, que apresentam pacientes via Tratamento Fora do Domicilio –TFD, estariam enviando repasses. Falou sobre a necessidade de

mostrar a situação em que se encontra a saúde do município de Santarém para o governador do Estado. Fez uso da palavra, o vereador **ANGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS)** que propôs a criação de uma comissão parlamentar com intuito de discutir junto aos governos Estadual ou Federal essa problemática, e solicitar aumento dos repasses para área da saúde. O vereador **ENF. MURILO TOLENTINO (PSC)** reiterou a fala do vereador Angelo Tapajós, quanto a criação de uma comissão para buscar recursos para saúde. Indignou-se com o valor do orçamento para construção de um estádio de futebol na cidade que, segundo o vereador, daria para construir um novo hospital. O vereador **ERASMO MAIA (DEM)** observou que a saúde é tripartite, sendo financiado por vários programas, mas que estes estão com valores defasados. Na ocasião, fez alguns questionamentos à secretária da saúde, sobre os repasses e investimentos feitos, como era o antes e depois da terceirização desses hospitais. A secretária da saúde **VÂNIA PORTELA**, em resposta ao vereador, solicitou que o contador geral do município mostrasse alguns dados. Fazendo uso da palavra, o vereador **PROF. JOSAFÁ GONÇALVES (PL)** ressaltou que é preciso reunir forças políticas para trabalhar em busca de recursos, embora Santarém não tenha eleito representantes estaduais e federais nas últimas eleições, o que, infelizmente, traz pouca ou nenhuma representatividade. O vereador **ELIELTON LIRA (AVANTE)** falou que a questão da saúde pública é um problema nacional e que mesmo melhorando a infraestrutura desses hospitais, pessoas de outros municípios continuarão vindo para Santarém, em decorrência da região Oeste do Pará ser muito grande. Disse que é preciso buscar parcerias junto a deputados estaduais e federais para conseguir verbas para saúde pública. Parabenizou o serviço de saúde da cidade no enfrentamento a pandemia que, segundo ele, apesar das carências e das dificuldades enfrentadas, o sistema de saúde pública do município se saiu bem. A vereadora **ADRIANA ALMEIDA (PV)** destacou que o papel do vereador é fiscalizar e a união principal deve ser com a população. Relatou a breve conversa que teve com o Ministro da Saúde em sua passagem por Santarém, o qual lhe teria dito que, para conseguir mais recursos para saúde, é necessário melhorar os dados nessa área. Para a parlamenta, é preciso melhorar os números com os recursos que temos no momento; esclareceu que não é somente a população que denuncia as más condições de atendimento nesses hospitais, mais muitos enfermeiros que também enviam mensagens para o celular pedindo ajuda. O vereador **DR. CARLOS MARTINS (PT)** enfatizou que a saúde é o principal problema em Santarém e que não é somente por causa do subfinanciamento, mas o problema é bem mais complexo, e que a gestão não pode ser deixada de lado. Apresentou o relatório quadrimestral de maio a agosto/2021 retirados do portal transparência que, segundo o vereador, mostra dados ruins e que já deveria ter um novo relatório publicado no Portal e atualizado dos últimos quadrimestres de 2021. Revoltou-se com a demora na construção do Hospital Materno-Infantil que já dura mais de 10 anos, enquanto que a orla da cidade foi construída em três anos. Falou que é preciso dar continuidade as reuniões de fiscalizações, e buscar financiamentos, entretanto, também é preciso aprender a gerir melhor os recursos de que se dispõe. O vereador **ALEXANDRE MADURO (MDB)** registrou que não basta apontar os erros, mas que é preciso achar soluções, e que principal problema da saúde é financiamento, ou seja, falta de recursos financeiros e não um problema de má gestão, porque os valores dos repasses tanto federais e estaduais encontram-se defasados há anos. Sugeriu algumas ações que poderiam solucionar ou amenizar a problemática da saúde, como: regionalização do Hospital Municipal de Santarém; criação de uma audiência pública com a participação dos 20 municípios para discutir a pactuação. O vereador **CARLOS SILVA (PSC)** relatou ser constantemente cobrado pela população em relação ao que é feito pelos vereadores em prol da melhoria da saúde. Também acredita que o HMS deveria se tornar um hospital regional porque assim receberia recursos do governo do Estado, possibilitando a melhora no atendimento. O vereador **JUNIOR TAPAJÓS (PL)** falou saber das dificuldades da gestão pública municipal em gerir a saúde com poucos recursos e grandes demandas, porém, ressaltou que não podem se conformar com atual situação de precariedade da saúde pública no município; disse ainda, que não basta criticar, nem tão somente se defender dizendo que não há recursos para melhorar o HMS e a UPA 24 horas. Destacou a necessidade de criar um documento público com intuito de buscar

recursos financeiros, mas com os números exatos de quanto e onde precisa ser investido. Chegado ao término do tempo regimental, prorrogou-se o prazo para que três cidadãos presentes na galeria da Casa pudessem se manifestar. O senhor **ADONIAS** perguntou à secretária de saúde se as gestões passadas deixaram dívidas na área da saúde, o que a secretária de sáude teria lhe confirmado que nos governos anteriores haviam ficado débitos. A senhora **JOELMA**, representando a empresa L. G. Galvão, que prestou serviços para o Instituto O.S Mais Saúde, denunciou não ter recebido pagamento pelos seus serviços prestados ao Instituto, mesmo sendo um valor pequeno e já tendo feito diversas tentativas de acordos. Finalizou questionando quando serão pagos as notas. Como resposta, a representante da O.S. Mais Saúde DRA. GABRIELA DURAES disse que existe um compromisso da empresa em resolver a situação e que irá trabalhar para regularizar seus débitos junto aos fornecedores e prestadores de serviços. O senhor **VALTER LIMA** discorreu sobre a importância da ficha de transparência pelo SUS, sobre sua essencialidade para evitar que pessoas "furem" a fila de atendimento especializado nos hospitais. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A doutora **NASTIA IRINA** ratificou que durante o período da pandemia, a legislação permitiu que não se atingisse metas, no entanto, isso não isenta a O.S. Mais Saúde de prestar contas do que foi e do que não foi gasto, principalmente diante das inconsistências e irregularidades contábeis apresentadas em relatório dos órgãos de finanças da Prefeitura. Ressaltou a responsabilidade do Conselho de Saúde em fiscalizar o uso dos recursos públicos, como estão sendo feitos esses gastos, afirmando existir uma colaboração entre Conselho, Ministério Público do Estado e Ministério Público Federal, dizendo existir um inquérito civil tramitando tanto na esfera estadual quanto na esfera federal referente as irregularidades encontradas na contabilidade do Instituto. Na oportunidade a enfermeira **ALINE CUNHA** falou sobre a pactuação por meio de uma Resolução n° 124/2021 que o governo do Estado fez, repassando R$ 12 milhões, sendo R$ 1 milhão mensalmente. A secretária doutora **VÂNIA PORTELA** observou que esse repasse não aliviou as contas do HMS, apenas o condicionou ao cumprimento de metas exclusivas para cirurgias. Segundo ela, é preciso rever essa Resolução junto ao governo estadual. Encerrando a audiência pública para prestação de contas do Instituto O.S. Mais Saúde, o presidente **RONAN LIBERAL JR. (MDB)** fez um breve resumo de tudo que foi falado e designou ao Departamento Legislativo, para que faça a minuta do documento, dentre os assuntos: a melhoria no financiamento da saúde junto ao Ministério da Saúde através das representações das bancadas federais que cada vereador tem ligação; acompanhamento do contrato do Instituto O.S. Mais Saúde que por uma determinação da Mesa e do Conselho de Saúde desta Casa, juntamente com a Comissão de Fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde estará dialogando acerca das datas de acompanhamento desse contrato para que tenham datas certas; criar um diálogo junto ao governo do Estado para rediscutir a execução desses repasses; e o fortalecimento das políticas públicas dos municípios do entorno, fundamentais para aliviar o sistema de saúde do município. Por fim, o presidente RONAN LIBERAL JR. (MDB) agradeceu a presença de todos, em seguida, declarou encerrada a audiência pública. Expedientes de Justificativa: MEMO.35/2022 – GAB. Ver. Enf. Alba Leal (MDB); MEMO. 019/2022 – GAB. Ver. Gerlande Castro (PSB); MEMO. 08/2022 – GAB. Ver. Didi Feleol (PP). Vereadores presentes: **ADRIANA ALMEIDA (PV), ALEXANDRE MADURO (MDB), ALYSSON PONTES (PSD), BIGA KALAHARE (PT), CARLOS SILVA (PSC), DR. CARLOS MARTINS (PT), ELIELTON LIRA (AVANTE), ENFERMEIRO MURILO TOLENTINO (PSC), ERASMO MAIA (DEM), JANDER ILSON PEREIRA (DEM), JK DO POVÃO (PSDB), JÚNIOR TAPAJÓS (PL), PROFESSOR JOSAFÁ GONÇALVES (PL), RONAN LIBERAL JR. (MDB), SÍLVIO NETO (DEM); AGUINALDO PROMISSÓRIA (PSL); PASTOR ANGELO TAPAJÓS (REPUBLICANOS), ERLON ROCHA (MDB)**. Vereadores Ausentes com Justificativa: **DIDI FELEOL (PP), ENFERMEIRA ALBA LEAL (MDB), GERLANDE CASTRO (PSB).** E, para constar, mandou lavrar a ata, que depois de lida, discutida e aprovada, será assinada por quem de direito.

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Prof. Josafá Gonçalves
1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Ronan Liberal Jr.
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM
Carlos Silva
2º Secretário